



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA

FABRÍCIO OLIVEIRA DE SOUZA
TELMIR FERREIRA COELHO

“EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CIDADANIA”

BRASÍLIA, DF

Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA

“FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA”

FABRÍCIO OLIVEIRA DE SOUZA
TELMIR FERREIRA COELHO

Carlos Alberto Lopes de Sousa
PROFESSOR ORIENTADOR

Elvira Rodrigues Ribeiro
TUTORA ORIENTADORA

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Julho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA

FABRÍCIO OLIVEIRA DE SOUZA
TELMIR FERREIRA COELHO

“FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA”

Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários
para obtenção do grau de especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Carlos Alberto Lopes de Sousa
Professor Orientador

Elvira Rodrigues Ribeiro
Tutora Orientadora

Carlos Ângelo de Meneses Sousa
Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF Julho/2010

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade resgatar a cidadania dos sujeitos da EJA, onde eles se percebam como transformadores da realidade social e econômica a qual pertencem bem como para que eles sintam-se integrados na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania, educação, valorização.

SUMÁRIO

1. Dados de identificação dos proponentes	06
1.1 Nomes	06
1.2 Turma	06
1.3 Informações para contato.....	06
2. Dados de identificação do projeto	06
2.1 Título.....	06
2.2 Área de abrangência.....	06
2.3 Instituição: Nome, Endereço	06
2.4 Instância Institucional de decisão.....	06
2.5 Público ao qual se destina	06
2.6 Período de execução	07
3. Ambiente Institucional.....	07
4. Justificativa do problema.....	08
4.1 Atores sociais envolvidos no problema	10
4.2 Conflitos e/ou confrontos na localidade em função do problema.....	10
4.3 Importância do problema para a comunidade local	10
4.4 Por que o projeto de ser implementado?.....	11
4.5 Políticas públicas voltadas para o problema identificado.....	12
5. Objetivos.....	13
5.1 Objetivo Geral.....	13
5.2 Objetivos Específicos.....	14
6. Atividades/Responsabilidades: Como? Quem?	14
7. Cronograma.....	14
8. Parceiros	15
9. Orçamento	15
10. Acompanhamento e Avaliação.....	15
Referências	16
Anexo 01	17

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PIL
Referente ao Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania
com Ênfase na EJA (Pós-Graduação Latu Sensu)
Universidade de Brasília - Faculdade de Educação – UAB/UNB

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

1.1 NOMES

Telmir Ferreira Coelho e Fabrício Oliveira de Souza

1.2 TURMA

Turma D – Orientadora: Profa. Elvira Rodrigues Ribeiro

1.3 INFORMAÇÕES PARA CONTATO

QNM 40 Conjunto O Casa 26 M Norte Taguatinga-DF CEP: 72146-015

Quadra 82 Lote 4A Setor 12 – Águas Lindas de Goiás-GO CEP: 72910-000

(61) 3475-3199 / 9195-7688 (Telmir)

(61) 3618-1032 / 81195874 (Fabrício)

theohistoria@gmail.com

fabricaoelidy@gmail.com

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO

“Educação, Formação e Cidadania”

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Local

2.3 INSTITUIÇÃO: NOME, ENDEREÇO

Colégio Estadual Olavo Bilac

Quadra 31 Lotes 1/4 Jardim da Barragem IV – Águas Lindas de Goiás/GO

2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO

Escola: Conselho Escolar

2.5 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA

O Público alvo deste projeto é formado por alunos da EJA que procuram à complementação de seus estudos, por vezes há anos interrompido, para na maioria das

vezes conseguirem uma melhor colocação no mercado de trabalho. Contudo, é percebido que estes alunos não são conscientes de suas obrigações, deveres e direitos como cidadãos.

Os cidadãos que não tiveram acesso à escolarização no "tempo certo" sentem-se inferiores, não detentores de conhecimento e por isso, marginalizados e excluídos perante a sociedade. O resgate da cidadania é uma grande conquista desses jovens, para que eles se sintam integrados no sistema e percebam seu real valor na construção coletiva de uma sociedade que possa solucionar todos os problemas vividos pela comunidade, onde esses jovens não sejam meros espectadores das transformações, mas sim atuantes e que possam se destacar exercendo sua cidadania.

2.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO

Fevereiro/2011 à Dezembro/2011

3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

Um breve histórico: em fevereiro de dois mil e um, o Colégio Estadual Maria do Carmo Lima estava lotado e devido à procura por matrículas ser muito grande e a pouca oferta de vagas nas escolas estaduais desta localidade, era preciso criar uma extensão.

Foram então alugadas 08 salas de aulas no Colégio Particular Biblion situado a Qd 31 lotes 1/4 Jardim da Barragem IV, onde funcionaria em uma escola particular uma extensão do Maria do Carmo Lima, no turno vespertino, porém a procura por vagas foi tão grande que foi preciso alugar mais 04 salas de aula no turno matutino para que fosse suprida a demanda da comunidade local, ficando assim a extensão com 12 salas de aulas. O diretor Adão Marcolino procurou a Subsecretaria de Luziânia, a qual as escolas de Águas Lindas de Goiás eram jurisdicionadas, para que fosse criada uma nova escola devida a grande quantidade de alunos, pois já iniciava com 660 alunos.

Foi então criado o colégio Estadual Olavo Bilac e no início de 2003 foi autorizado o funcionamento da EJA – Educação de Jovens e Adultos no turno noturno. Foram indicados para Diretora a professora Desirée Bittencurt, o professor Luiz Gonzaga como Secretário geral, e o professor Francisco Oliveira Leite como Coordenador Pedagógico.

Atualmente o Colégio funciona nos três turnos sendo no Matutino o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano com 553 alunos e o Ensino Médio do 1º ao 3º ano temos 151 alunos, no Vespertino o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, temos 422 alunos e o Ensino Médio do 1º ao 3º ano temos 161 alunos e no Noturno a EJA – Educação de Jovens e

Adultos no Ensino Fundamental com 340 alunos, além disso, no turno Noturno também funciona o Ensino Regular com 61 alunos no 9º ano do Ensino Fundamental e 278 alunos no Ensino Médio do 1º ao 3º na, tendo um total nos três turnos de 2.008 alunos.

Hoje a Escola tem como Diretora a Sra. Maria Cleuza Ribeiro, Secretária Geral Silvana Vaz da Costa e Vice – Diretora Josefa Alves Freitas e contamos também com 06 coordenadores. O colégio ainda funciona em prédio alugado e todos anseiam por sede própria e adequada.

4. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Diante do quadro que se apresenta a Educação de Jovens e Adultos no país, muitos desafios devem ser enfrentados, principalmente no que tange à universalização e acesso ao saber, assim como o direito de partilhar e ampliar conhecimentos e saberes ao longo da vida. Paralelamente, faz-se necessário prepará-los para a inserção, ou melhor, qualificação no mercado de trabalho, onde possam ser sujeitos e atores transformadores de suas realidades sociais e econômicas. É imprescindível, pois, articular educação e mundo de trabalho, assegurando a formação integral dos sujeitos da EJA.

A formação do aluno em uma perspectiva histórica e geográfica não acontece apenas no âmbito da educação escolar, mas ao longo de suas vidas, nos diferentes espaços de socialização; para isso, torna-se necessário a utilização de seu cotidiano como forma de aprendizagem e construção coletiva.

Ao integrar Ensino Fundamental e qualificação profissional para formação de cidadania, a educação deve oferecer oportunidades para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionem quanto à sua inserção social e profissional. Assim, estaremos contribuindo para a formação de cidadãos capazes de fazer e transformar suas histórias e muitas outras histórias.

Uma proposta educacional concretiza-se em um currículo que traduz as concepções nas quais se fundamenta e isso significa, sobretudo, lidar com o múltiplo e o plural presentes nas experiências e conhecimentos prévios dos alunos.

Em linhas gerais, nosso Projeto de Intervenção Local (PIL) pode contribuir para a formulação de uma política pública de educação de jovens e adultos, dando enfoque aos seguintes pontos:

Resgate da cidadania dos jovens e adultos, para que eles se sintam integrados ao sistema e percebam seu real valor na construção coletiva de uma sociedade que possa solucionar os problemas vividos pela comunidade.

Demonstrar que esses jovens e adultos são mais que meros espectadores das transformações, mais sim, atuantes e transformadores de suas realidades, e que possam se destacar exercendo sua cidadania.

Este resgate só será conseguido com a inserção deste público nos problemas de sua comunidade e neste ponto a formulação de políticas educacionais será um dos pilares de partida para a vivência do problema e proposta de soluções. Será o momento em que o aluno em conjunto com a sociedade organizada tomará decisões e se sentirá não como só parte do problema, mais acima de tudo parte da solução.

A EJA nesta perspectiva não é um simples direito concedido e sim um direito conquistado a cada dia por educadores e educandos. Os Fóruns EJA são agora ferramentas primordiais para a construção de mecanismos e de políticas públicas que fomentem e viabilizem meios para a efetiva implantação desta modalidade de educação.

O meio encontrado para a democratização do ingresso na EJA, tanto por professores quanto por alunos foi a do Trabalho Coletivo, onde a contribuição de todos é de suma importância e deve primordialmente ser repartida entre todos os agentes. A EJA está hoje em uma situação mais delicada no que tange ao seu direcionamento e defesa por parte de instituições públicas do que há alguns anos. Disputas pelo poder e a utilização deste como “palanque político”, contribuíram muito para este enfraquecimento.

Outro problema é o fator financeiro, ou seja, a queda de arrecadação caso o estado/município amplie a modalidade EJA, pois este aluno recebe recursos menores que as outras modalidades de ensino. O sistema educacional dificulta a modalidade EJA por questões econômicas, como a quantidade de alunos por sala, o redirecionamento de turmas para escolas específicas que ficam longe das residências do público alvo, etc.

O diferencial que buscamos em nosso “PIL” é o da escola como algo inovador e que não oprima o aluno. Cada aluno diria qual seria o obstáculo a ser ultrapassado e em cada sala eram propostas soluções, resultando em uma somatória de experiências. Mas infelizmente a quem isto interessaria.

Temos um triste histórico: Alfabetização tardia, tendo começado somente no Séc. XX, lembrando que por ocasião de nossa Proclamação da República (1889) tínhamos cerca de 80% da população composta por analfabetos. Fato que foi se perpetuando até quase os nossos dias e que

demonstra o total afastamento da população dos fatos políticos que a cercam. Em 1950 eram 50% de analfabetos e somente na década anterior foram iniciadas as primeiras políticas públicas de ensino de jovens e adultos. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/eja/moduloVII-EJA-trabalhadores>>.

Vemos que uma das melhores soluções apresentadas são os movimentos não governamentais que defendem o modelo de ensino conhecido como Educação Popular, mais voltada para um ensino participativo. A transição para o regime democrático trouxe consigo muito desta última experiência de ensino com engajamento social de educadores, educandos e comunidade escolar. Há uma necessidade urgente de cooperação entre os entes envolvidos no processo da educação, (Governos, Educadores, Sociedade, etc.). Os programas de educação e alfabetização devem ser geridos em conjunto com outros programas ou políticas de inclusão social, cultural, qualificação profissional e/ou aumento da renda, tendo sempre como foco a inclusão cidadã.

4.1 ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROBLEMA

Alunos da EJA com faixa etária entre 18 e 35 anos, que estão em pleno exercício de atividades econômicas e Instituições de Ensino voltadas para o preparo deste aluno para o mercado de trabalho e para o seu auto-reconhecimento como cidadão e como agente transformador de suas realidades sociais.

4.2 CONFLITOS E/OU CONFRONTOS NA LOCALIDADE EM FUNÇÃO DO PROBLEMA

É evidenciada a falta de perspectivas positivas por parte do público alvo sobre o quanto a educação poderá proporcionar no educando uma transformação social preparando-o para uma vivência ativa da cidadania e como eles mesmos poderiam contribuir para a melhoria social de sua localidade.

4.3 IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA PARA A COMUNIDADE LOCAL

Ao se tentar transformar uma realidade local de isolamento econômico, falta de perspectivas sociais e econômicas e indiferença frente ao que a educação pode proporcionar ao educando, nos deparamos com a necessidade da transformação da “cidadania regulada” em cidadania autêntico-verdadeira para conseguirmos o resgate dos direitos destas pessoas.

Por "cidadania regulada" entende-se uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não-regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os

autônomos, os trabalhadores rurais, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes. (SANTOS, 1979, p 53)

A educação emancipadora cria condições para a superação de valores e costumes arraigados, decorrentes de vários fatores historicamente definidos. Em nossa história passamos por um longo período de escravidão, que significou exatamente a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, a começar pelo direito à vida; nosso sistema de ensino autoritário, elitista e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; nossa complacência com a corrupção, dos governantes e das elites, assim como em relação aos privilégios concedidos aos cidadãos ditos de primeira classe ou acima de qualquer suspeita; nosso descaso com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; nossas práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça; nosso sistema familiar patriarcal e machista; nossa sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; nosso desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; nosso individualismo consumista, decorrente de uma falsa idéia de “modernidade” (BENEVIDES, 2000).

“O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo. Devemos ler o mundo de hoje porque é preciso não se conformar com ele e construir um outro mundo.” (SANTOS, 2000, p 61).

O primeiro passo do *projeto* seria fundar uma Comissão ou Fórum de Educação Continuada em conjunto com a sociedade organizada do município de Águas Lindas de Goiás, em parceria com as Escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, onde buscaríamos parcerias que permitissem uma educação profissional paralela e contínua ao ensino de EJA.

Dessa forma, propõem-se parcerias entre setores públicos, privados e sociedade civil com o objetivo de se realizar ampla discussão pública sobre os temas e problemas que afetam diretamente a população de Águas Lindas de GO para que se estabeleça um plano de ação concreta na área dos direitos humanos, cujos resultados dependerão do envolvimento e compromisso de todos.

4.4 POR QUE O PROJETO DEVE SER IMPLEMENTADO?

Para tentar responder a esta pergunta recorremos a Paulo Freire, que em seus ensinamentos nos mostra que esta resolução deve partir dos próprios agentes oprimidos pelo problema. Uma solução imposta ou entregue sem a participação dos mesmos não terá o efeito desejado e efetivo.

A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p 52)

Quando Paulo Freire fala em pedagogia, ele não está falando apenas das relações que se estabelecem na escola em sala de aula. A sua pedagogia está relacionada a todo esse contexto de opressão social e de falta de democracia e exclusão que mostramos através do problema evidenciado por nosso público alvo de EJA. Toda educação é política, ou seja, orienta o educando a buscar seus direitos sociais. Portanto, o projeto deve ser utilizado como uma “arma” para o auxílio na libertação da opressão que predomina na nossa sociedade.

4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O PROBLEMA IDENTIFICADO

Projeto EJA como instrumento capacitador e formador de alunos com habilidades que os tornem transformadores de suas realidades sociais e fomentadores/dinamizadores de mecanismos que possibilitem uma identificação cidadã e participativa. Pois eles são sujeitos dotados de um conhecimento prévio de sua comunidade, através da problematização de determinados assuntos é possível chegar a soluções diversas para os problemas encontrados.

Projeto Pró-Jovem do Governo Federal como incentivo à formação de alunos a se reconhecerem e a se valorizarem perante eles mesmos, a sociedade e ao mercado de trabalho. É necessário, portanto, que estes alunos reconheçam através do estudo sua própria dignidade e desenvolvam sua auto-estima através das descobertas de suas capacidades e de seus direitos como cidadãos; além de estarem melhores qualificados para o mercado de trabalho, eles também estarão utilizando seus conhecimentos prévios e adquiridos a favor da própria comunidade e se destacando como um cidadão participativo.

É evidente que a política de Educação de Jovens e Adultos não pode ser vista como sendo de iniciativa exclusiva dos poderes públicos através de seus governos. Nossa história e experiência com esta modalidade de ensino apresenta-nos que as iniciativas que produziram bons frutos são aquelas em que foram implementadas políticas de somatória de experiências, tendo a cooperação e colaboração mutua de educadores, educandos, sociedade e comunidade escolar como eixo norteador.

Quando os governos tomam a iniciativa exclusiva do processo temos em quase todos os casos um unilateralismo radical que não favorece a tomada da melhor decisão/solução aos problemas do percurso. Também há um distanciamento do executor direto do trabalho (educador) e do seu público alvo (aluno). Sendo que a não participação e envolvimento

direto, o “vestir a camisa”, desenvolve um sentimento de não pertencimento que é prejudicial à formação de uma consciência cidadã.

Assim, EJA e Pró-Jovem articulam-se para a efetivação da mentalidade e da cultura de que a educação pode e efetivamente irá transformar a realidade de resignação social, em formação concreta de cidadania e transformação social.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Formar cidadãos participativos, democráticos e solidários, conscientes de seus deveres e direitos. Fazer com que estes cidadãos sintam-se responsáveis pelo bem estar da comunidade onde residem, dessa forma valorizando o trabalho feito por todos na melhoria do espaço social, sendo vistos não apenas como excluídos, mais sim, como agentes efetivos na construção coletiva.

Este resgate só será conseguido com a inserção deste público nos problemas de sua comunidade, para que eles se sintam integrados ao sistema e percebam seu real valor na construção coletiva de uma sociedade que possa solucionar os problemas vividos pela comunidade.

É necessário que haja uma transformação interior do aluno para que ele mesmo comece a enxergar que ele tem valor perante a sociedade e que seus atos é que vão demonstrar esse valor. Em nossa comunidade nossa escola era conhecida como “Carandiru”, em alusão a um antigo presídio paulistano e por estar localizada em uma região extremamente violenta, além do formato do prédio que aparenta um pavilhão prisional.

Através de um árduo trabalho de conscientização e valorização da auto-estima de professores, alunos e comunidade, estamos conseguindo mudar essa visão perante a sociedade, contudo, o mais importante é que primeiro a mudança de pensamento foi feita com os próprios alunos, que hoje não aceitam serem chamados de alunos do “Carandiru” e sim do Colégio Estadual Olavo Bilac.

Essa mudança de pensamento de complexo de inferioridade pode se transformar em motivação para a busca de novos objetivos, nesse caso o de serem reconhecidos como alunos de um Colégio e não de um presídio.

“Não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existem direitos humanos sem a prática da democracia”. (BENEVIDES, 2000)¹

¹ (BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos. In: Seminário de Educação em Direitos Humanos. 2000, São Paulo. Disponível em: <www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 18 mai 2010).

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Articular educação e mundo do trabalho;
- Combinar esforços unindo formação básica com formação profissional em EJA;
- Universalizar o acesso ao saber,
- Colaborar para a transformação da realidade socioeconômica do aluno;
- Utilizar o cotidiano como forma de aprendizagem e construção coletiva.

6. ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES: COMO? QUEM?

O meio encontrado para a democratização do ingresso na EJA, tanto por professores quanto por alunos foi a do Trabalho Coletivo, onde a contribuição de todos é de suma importância e deve primordialmente ser repartida entre todos os agentes.

As atividades serão desenvolvidas de fevereiro a dezembro pelos integrantes do projeto assim como pelos parceiros públicos e privados. Haverá palestras, seminários, pesquisas de campo e visitas in locu em feiras e eventos para melhor compreender as transformações que são propostas, divididas em:

Fóruns de Diagnóstico, onde serão estudados e avaliados os problemas da comunidade, onde após a problematização a própria comunidade irá encontrar e propor as soluções cabíveis;

Oficinas de Aprendizagem para que o aluno possa se qualificar ou aperfeiçoar suas práticas profissionais;

Integração dos Fóruns com as Oficinas de Aprendizagem, para que possam colocar em prática as soluções encontradas para os problemas durante a problematização; e

Avaliação dos resultados alcançados durante o período em que foi implantado, corrigindo possíveis erros e discutindo novas idéias para que possa ser dada continuidade no ano seguinte.

7. CRONOGRAMA - De fevereiro a dezembro de 2011.

- Fev/Mar/Abril/2011: Formação de Fóruns de Diagnóstico e proposição de soluções aos problemas evidenciados.
- Maio/Jun/Julho/2011: Início das Oficinas de Aprendizagem (Cursos Profissionalizantes nas áreas de serigrafia, corte e costura e marcenaria básica).
- Ago/Set/Out/2011: Integração dos Fóruns com as Oficinas de Aprendizagem através da implementação das soluções propostas.
- Nov/Dez/2011: Avaliação dos resultados alcançados e planejamento das atividades/trabalhos para o ano de 2012.

8. PARCEIROS

Secretarias Estadual e Municipal de Educação;
Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás;
Governo do Estado de Goiás;
Escola de informática;
Escola de idiomas;
Escola de qualificação profissional.

9. ORÇAMENTO

Projeto sem custos, haja visto que será executado em escola pública.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Será acompanhado pelos autores do projeto e avaliado continuamente, ou seja, através da participação das aulas e atividades propostas.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Érica Vieira de. **A Construção da Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2004. Disponível em: www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272.htm. Acesso em 03/02/2010.

BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos. In: Seminário de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 2000. Disponível em: www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm. Acesso em 18/05/2010

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: Política Social na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Diagnóstico Social do Município de Águas Lindas/GO



Janeiro de 2010


Enquadramento Geo-demográfico do Município



Brasão

<u>Aniversário</u>	<u>27 de dezembro</u>
<u>Fundação</u>	<u>1995</u>
<u>Gentílico</u>	<u>Águaslindense</u>
<u>Lema</u>	<u>Governando com o Povo</u>
<u>Prefeito</u>	<u>Geraldo Messias Queiroz (PP) (2009 – 2012)</u>

Localização

 15° 45' 43" S 48° 16' 55" O 15° 45' 43" S 48° 16' 55" O

Unidade Goiás

Federativa

Mesorregião Leste Goiano IBGE/2008

Microrregião Entorno de Brasília IBGE/2008

Municípios Cocalzinho de Goiás, Santo Antônio do Descoberto,

limitrofes Padre Bernardo e o Distrito Federal

Distância até a 193 km

capital

Características geográficas

<u>Área</u>	<u>278km²</u>
<u>População</u>	<u>143.179 hab. IBGE/2009</u>
<u>Densidade</u>	<u>883,5 hab./km²</u>
<u>Altitude</u>	<u>1100 m</u>
<u>Clima</u>	<u>Tropical</u>
<u>Fuso horário</u>	<u>UTC-3</u>

DADOS DO IBGE

INTRODUÇÃO

Águas Lindas de Goiás é um município brasileiro do estado de Goiás. Sua população estimada em 2009 é de 143.179 habitantes. A área total é 278 quilômetros quadrados, sua população é quase inteiramente urbana. Integrante da região do entorno do Distrito Federal. A cidade mais próxima no DF é Brazlândia.

A existência de Águas Lindas é recente. Antes conhecida como Parque da Barragem, foi emancipada do município de Santo Antônio do Descoberto pela Lei N°12.797 de 27 de dezembro de 1995. Sua única razão de existência é Brasília. Começou a crescer às margens da BR-070 devido à exploração imobiliária. Os lotes eram oferecidos a valores baixos o que facilitou sua aquisição por parte da população de baixa renda que morava no Distrito Federal. Cresceu de forma desordenada em função disto, pois esta atividade não era fiscalizada.

A exploração foi feita por corretores que não se preocupavam com a organização da cidade. Desta forma, a população cresceu e hoje, Águas Lindas de Goiás é composta por uma população de quase 150.000 habitantes. Em 1996 foi realizada a primeira eleição para Prefeito e Vereadores.

Águas Lindas está a 193 quilômetros da capital do estado que é Goiânia, situando-se, próximo à divisa oeste do Distrito Federal. As conexões da estrada com Goiânia são feitas pela BR-153/Anápolis/BR-414/Cocalzinho de Goiás/BR-070. A cidade não possui uma indústria principal, mas têm uma variedade de empresas comerciais pequenas que variam de escritórios, lojas de mantimento e supermercados. Sua Área é de 278km² representando 0.0562 % do Estado, 0.0119 % da Região e 0.0023 % de todo o território brasileiro. Possui 241 bairros.

Diante a sua especificidade de criação e a tipicidade de sua população, o presente diagnóstico espera apresentar a realidade de um município que é novo e que por ser populoso diante a sua jovem trajetória esbarrou-se em situações de vulnerabilidade social diferenciada dos demais municípios brasileiros.

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

A dinâmica populacional da cidade de Águas Lindas de Goiás é enfocada, identificando a principal causa do inchaço populacional ocorrido na referida cidade. A cidade constituiu-se em um espaço onde grande parte dos problemas tem magnitude que ultrapassam as fronteiras administrativas, como a expansão urbana desordenada e numerosa, desencadeando vários problemas ambientais, como a poluição da bacia do descoberto e modificação do espaço geográfico, uma vez que a ocupação dessas áreas não foi acompanhada de recursos suficientes para adotá-las de infra-estrutura urbana necessária.

O crescimento desordenado da Cidade de Águas Lindas de Goiás traz muitas conseqüências ao Distrito Federal-DF. A mais visível das conseqüências refere-se à pressão que a população desse município exerce no usufruto da infra-estrutura do Distrito Federal, como escolas, hospitais, postos de saúde e outros equipamentos. No entanto, a identificação de responsabilidades pelas soluções do problema tem se tornado cada vez mais difícil do ponto de vista político, institucional, técnico e orçamentário.

A maioria das pessoas que residem na cidade de Águas Lindas de Goiás foram expulsas do Distrito Federal por causa da expansão do capital, que faz com que os baixos salários não suportem mais a pressão exercida pelos altos custos de aluguel, alimentação e transporte. Muitas vezes por falta de opção essa população acaba residindo nos lugares passíveis de sobrevivência, com pouca ou nenhuma qualidade de vida, como é o caso da cidade em questão.

Águas Lindas é um atrativo populacional devido a sua proximidade com o Distrito Federal e também pela especulação imobiliária, facilmente percebida na venda de lotes parcelados, com valores muitas vezes menores que o aluguel de um quarto no Distrito Federal.

O quadro atual apresentado na região, em termos de ocupação do solo, é a expressão espacial de uma problemática socioeconômica e política, que tem na figura do migrante e da mão de obra de má qualidade, ao mesmo tempo, suas causas e conseqüências. Logo, simples instrumentos de planejamento territorial não bastam para enfrentar o problema.

Medidas neste sentido passam a ter eficácia a partir do momento em que, com o auxílio de projetos e investimentos na região, respeitando as potencialidades e as características econômicas do município, criem condições para a fixação de mão de obra na cidade. O Distrito Federal teria, assim, diminuídas as pressões sobre seu mercado de trabalho e equipamentos sociais, com a interação econômica a nível regional.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, a cidade de Águas Lindas de Goiás conta com uma urbanização precária. Situada às margens da BR-070 entre os km 021 e 031 e com uma área de aproximadamente 333,60 km². Conta hoje com 35 km de malha asfáltica e 180 km de avenidas e ruas.

Quanto ao fornecimento de água à comunidade local era feito por meio de poços artesianos que pertenciam a particulares. O fornecimento d'água convencional é feito por meio de cisternas da qual estão contaminadas devido ao grande número de fossas e esgotos ao céu aberto nos bairros da cidade, a Prefeitura assinou no ano 2000, concretizado em 2003, convênio com as empresas fornecedoras de água, CAESB-DF e Saneamento de Goiás S/A-SANEAGO-GO, com o objetivo de atender a toda a população.

A cidade não possui sistema de esgoto e conta apenas com a coleta de lixo, quanto à energia 100% da população é atendida pela Companhia Energética de Goiás-CELG (CARVALHO, 2005). Porém, segundo a SANEAGO-GO (2007), a população de Águas Lindas não precisará esperar tanto para ter uma maior cobertura do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto. O consórcio firmado pela empresa SANEAGO-GO e a CAESB-DF vai investir R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), na construção da rede de coleta e tratamento de esgoto na barragem do Rio Descoberto. Como o edital já foi publicado, a obra deve ser entregue em dois anos, segundo estimativa da companhia (SANEAGO, 2007).

Migrações e Ocupação Territorial de Águas Lindas de Goiás

Entender a complexidade dos processos migratórios é uma tarefa árdua e sempre complexa, uma vez que múltiplas são as abordagens. A diversidade e amplitude desses tratamentos implicam em exercícios de incorporação muitas vezes de um único eixo, outras vezes de diferentes orientações.

À medida que a população vai sofrendo consideráveis transformações quantitativas e qualitativas, os problemas e as contradições socioeconômicos tornam-se cada vez mais. Crescimento populacional da cidade de Águas Lindas de Goiás, suas conseqüências sociais para o Distrito Federal perceptíveis, sem uma orientação e um controle em forma de planejamento, o Distrito Federal se vê diante de vários problemas de difícil solução, tais como as invasões. A cidade apresenta hoje, um crescimento urbano que rompem os limites previstos (PAVIANI, 1991).

Todavia a idéia de que há terra abundante no Distrito Federal foi um dos alicerces para a criação de muitas regiões administrativas, em locais cada vez mais distantes do Plano Piloto, como é o caso da cidade do entorno Águas Lindas de Goiás onde é difícil o acesso à infraestrutura. Na realidade, algumas regiões administrativas originaram-se de ocupação ilegal de terras promovidas por migrantes internos e externos, alguns espontâneos e outros mais ou menos organizados. Somente depois de concretizarem a ocupação vinha a lei remover ou legitimar o assentamento, então, criando a cidade e a Região Administrativa - RA (PAVIANI, 1991).

Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1996), foi observado que na região do entorno 60% da população migrante, procede da região Centro Oeste. E confirmando o que se tem interferido, ao abrir o percentual do Centro Oeste, constata-se que 77% da população moravam no Distrito Federal em 1991, entre o período de 1991-1996, isto é, cinco anos, estas pessoas residentes dos municípios da região do entorno moravam no Distrito Federal. Este fato social que só vem confirmar o que constava na prática: a população sai do Distrito Federal para morar, ou dormir no Entorno, porém trabalha, procura trabalho e utiliza os serviços de saúde e de educação da Capital Federal.

A interferência que se pode fazer é que esta população sai ou é “expulsa” devido ao alto custo das terras no Distrito Federal e a facilidade para aquisição destas nos estados vizinhos. Destaca-se como município que tem no Distrito Federal sua maior fonte migratória no período de 1991-1996, o município de Águas Lindas de Goiás, 72,83% de sua população migrante, em 1991 moravam na Região Centro-Oeste, observa-se que estas pessoas mudaram para as cidades do Entorno de Brasília, aproveitando as facilidades de moradia e realizam seu cotidiano no espaço do Distrito Federal.

Contudo segundo pesquisa realizada por, Nogales (2000), Águas Lindas possui 69% dos moradores recém-chegados do DF. “Trata-se de uma expulsão da população para a periferia do DF”. Na periferia Goiana, a maioria da população, 85% não ficou se quer oito

anos no Crescimento populacional da cidade de Águas Lindas de Goiás, suas conseqüências sociais para o Distrito Federal. Nessa região os migrantes são contratados em setores como a construção civil por uma remuneração média de até dois salários mínimos (NOGALES, 2000). Fonte: IBGE contagem da população 1996 (adaptado de IBGE, 1996). População migrante em Águas Lindas- 1996

Crescimento Demográfico de Águas Lindas de Goiás

Águas Lindas possui uma área de 333,60 km², com uma população segundo o IBGE de 159.294 habitantes em 2005, dados municipais, 2005 informam uma população de 200.000 habitantes que continua crescendo. A cidade tem em média renda per capita R\$ 150, 40, quase metade de Goiânia-GO, que é de R\$ 286,00. O Índice de Desenvolvimento Humano-IDH é de 0,717, abaixo da média de Goiás e Distrito Federal, 0,884, ocupa o ranking 178º dentre os 246 municípios Goianos (CARVALHO, 2005).

A região de Águas Lindas era chamada de Parque da Barragem, pertencendo ao município de Santo Antonio Descoberto. A proximidade de Brasília atraiu aos poucos algumas famílias que foram se estabelecendo em chácaras e fazendas, apesar da dificuldade de acesso que havia na época. A abertura da rodovia BR-070 atraiu a atenção de empresários do ramo imobiliário para o potencial da região. O lançamento de diversos loteamentos intensificou-se a migração e ampliou rapidamente o número de moradores (CARVALHO, 2005).

Um plebiscito realizado em 12 de outubro de 1995 aprovou com mais de 92% a idéia de emancipação, representando aproximadamente 1.113 votos. Com 50 mil habitantes, o Parque da Barragem foi elevado à categoria de município com a denominação de Águas Lindas, por meio da lei estadual nº. 12.797 de 27 de dezembro de 1995, mas efetivamente instalado em 1º de janeiro de 1997, a cidade conta com 85% da população formada por pessoas de outros municípios, e estado, a maioria do Distrito Federal (CARVALHO, 2005).

Contudo, Águas Lindas de Goiás é formada por o agrupamento de inúmeros loteamentos que são considerados “bairros”, como Setor Coimbra, Cidade Jardim, Jardim América entre outros. Águas Lindas faz parte do colar de cidades que formam o chamado Entorno de Brasília, composto por 19 cidades goianas e três mineiras, vizinhas ao centro de decisão política, o Palácio do Planalto e Congresso Nacional. A proximidade de onde saem as principais decisões que afetam diretamente a gestão dos municípios, não impede que

seja uma das regiões mais pobres do País. Considerada a maior cidade dormitório de Brasília, Águas Lindas de Goiás tem quase a totalidade da população em atividades urbanas, diante de um quadro de criminalidade progressiva (DOCHIS, 2005-2007).

Crescimento populacional da cidade de Águas Lindas de Goiás, suas conseqüências sociais para o Distrito Federal. Os lotes são verdadeiros atrativos para a população que vem morar na cidade de Águas Lindas, onde podem ser adquiridos parcelados com prestações de até R\$ 150,00. O preço é realmente o grande motivo que fazem com que muitos deixem de lado o aluguel elevado para adquirir a casa própria, mesmo enfrentando, sobretudo, ruas sem calçamento, sujeitas a muito barro e poeira. Fonte: Dochis 2005-2007.

O processo de crescimento dos municípios e aglomerações próximas ao Distrito Federal foi calçado por uma ocupação sem planejamento, conduzida em sua maior parte por loteamentos esparsos, que tira proveito da proximidade do Distrito Federal como fator de valorização fundiária e a falta de regulamentação para fins urbanos. A especulação imobiliária foi e continua sendo alimentada por uma demanda habitacional originada na migração de uma população sem recursos e sem condições de se fixar no DF (SEDUH, 2004).

No entanto a região do entorno tem sido vista como um problema, composto por uma região de municípios carentes, onde a cidade de Águas Lindas de Goiás destaca-se como principal por ser a mais populosa, sendo assim causa grandes conseqüências sociais e econômicas ao Distrito Federal, a mais visível das conseqüências refere-se à pressão que as populações desse município exercem sobre a infra-estrutura disponível na Capital Federal - escolas, hospitais, postos de saúde e outros equipamentos, dimensionados para uma determinada população, mostram-se insuficiente para atender a uma demanda crescente representada pelas populações desta área vizinha.

Porém, o uso pela população do Entorno dos equipamentos urbanos e principalmente dos hospitais é perceptível pela população do DF, quando as mesmas enfrentam as superlotações dos hospitais, pois os serviços médicos são requisitados por mais metade da população do entorno. A resposta para isso se dá pela própria condição socioeconômica da população, o serviço hospitalar por sua vez tornou-se caótico devido à inexpressiva ampliação da rede e a pressão verificada pela população do entorno da qual, Águas Lindas faz parte.

Além disso, a inexistência de oportunidades de emprego, na região, em níveis compatíveis com o crescimento populacional, contribui para agravar o problema, fazendo com que milhares de pessoas recorram diariamente ao Distrito Federal, em busca de alternativas de trabalho que não existem na proporção demandada. Pressionando assim um mercado de trabalho relativamente melhor estruturado. Estudo dos Ministérios das Cidades mostra que a falta de saneamento básico nas cidades do Entorno ameaça o abastecimento de água de Brasília. A contaminação dos mananciais afeta diretamente a Bacia do Descoberto, captação mais importante do DF, situada na Bacia hidrográfica do Rio Descoberto, ocupando uma área de 444 km², com capacidade nominal de 4.800 l/s e vazão média captada de 2.855 l/s, responsável por 67% do abastecimento da Capital Federal (NETTO, 2007).

Atualmente, o Rio Descoberto encontra-se seriamente ameaçado pela ocupação urbana desordenada de Águas Lindas de Goiás, com limites na sua orla. No município o lixo contamina a água que é consumida pela população local e do DF e à medida que a cidade cresce, casas começam a ser construídas às margens da Barragem. Especialistas temem que este cinturão de pobreza existente às margens do Descoberto ponha em risco o abastecimento de água de Brasília e que em dez anos se nada for feito o abastecimento esteja altamente comprometido.

As “favelas” de Brasília foram removidas para o estado de Goiás onde surgiu a cidade de Águas Lindas, potencializando ao máximo a estratégia de segregação.

A pesquisa sobre a cidade de Águas Lindas de Goiás tem o breve histórico sobre o crescimento desordenado da cidade e as conseqüências que este fato causa ao Distrito Federal. A cidade de Águas Lindas surgiu como alternativa para as camadas sociais de baixa renda, cada vez mais segregadas, por força da conjugação de diferentes fatores, a começar do acentuado crescimento populacional e a alta valorização da terra, que determina a escassez e o alto custo das moradias. De fato, a moradia é apontada como forte motivo para o deslocamento da população. (Cleide Souza de Oliveira & Francisco Jarle Crescimento - 2008). Com isso, o perfil do morador desta cidade é classificado na sua maioria pertencente a classe baixa, mais claramente pobre.

“... a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em

famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza.” Home page: <http://www.ipea.gov.br>

O município não oferece muita opção de empregos, a maioria está no comércio local ou na Prefeitura. Uma realidade que interfere na melhoria da qualidade de vida. A tipologia das famílias residentes geralmente é formada por mais de quatro membros, o que coloca a renda *per capita* por família na linha da pobreza.

O índice da população desempregada dentro do município é alto, na maioria jovem sem experiência profissional e um número considerado de pessoas na faixa etária de trabalho sem qualificação profissional. Sendo assim a população economicamente ativa é baixa.

Dados Eleitorais

Uma realidade presente em Águas Lindas de Goiás é a baixa participação nos processos eleitorais para Prefeito e Vereadores de 2008, apenas um terço da população é apto a votarem no município (59.185 eleitores). Há duas especulações para esse índice, uma é que os empregadores do DF, principalmente os da construção civil e das empresas de zeladoria e Segurança exigem que seus funcionários votem na capital Federal; outra é que a grande maioria dos moradores oriundos de outros estados não transferiu seus títulos de eleitor numa forma de sentirem-se ainda vinculados aos seus estados de origens, onde em ano eleitoral conseguem retornar para rever seus parentes custeados por candidatos dos seus locais de origens.

Eleitores		59.549
PERFIL DOS ELEITORES		
Analfabeto		2.255
Lê e escreve		9.254
1º Grau Incompleto		26.119
1º Grau Completo		4.836
2º Grau Incompleto		9.242
2º Grau Completo		6.589
Superior Incompleto		615
Superior Completo		639

FAIXA ETÁRIA		
Com 16 anos		416
Com 17 anos		1.296
De 18 a 24 anos		12.898
De 25 a 34 anos		16.957
De 45 a 59 anos		9.722
De 60 a 69 anos		2.311
Mais de 69 anos		1.011

Judiciário/Institucionais

Águas Lindas conta com dois Juízes e dois Promotores, sendo toda a população de 143.179 habitantes atendida por esses profissionais, um Delegado titular e quatro plantonistas. "As comarcas do Entorno já nasceram inchadas, com uma população em total desassistência, que vive em função de Brasília."

REGISTRO CIVIL	
Nascidos vivos	990
Casamentos	435
Separações	36
Divórcios	62
PRESOS	
Provisório Feminino	0
Definitivo Feminino	0
Provisório Masculino	103
Definitivo Masculino	15

Saúde

A população conta com um Hospital público (Bom Jesus) e quinze unidades de atendimentos pelo SUS, o que gera demanda excessiva, não proporcionando qualidade no atendimento. Forçando a população a recorrer aos hospitais do DF.

Cerca de 500 pessoas/dia eram atendidas pelo Hospital no período de vigência do convenio firmado entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Distrito Federal em 2009. Hoje

os atendimentos geram em torno de 10 a 20, sendo que todos os casos geralmente são encaminhados para o DF.

Vulnerabilidade Social

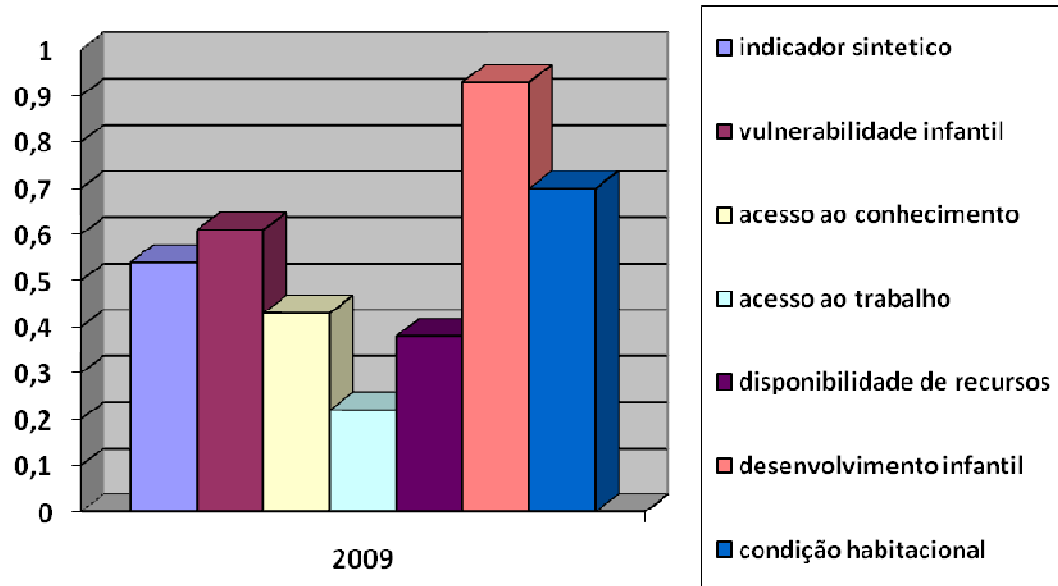
Para efeito do mapeamento do percentual da população vulnerável dos municípios brasileiros foram considerados como vulneráveis todos os indivíduos cujo IVSF fosse superior a 0,25 - algo equivalente a um IDHM inferior a 0,77. Com isso, pôde-se determinar o contingente de população vulnerável e identificar quais suas causalidades. Em Águas Lindas de Goiás o índice IVSF é de inferior devido ao seu IDHM ser 0,717.

Pessoas atendidas por programas sociais sem documentos por faixa etária

De 01 mês completo até 12 anos incompletos	77 4
A partir de 12 anos completos	38 57
De 00 a 06 meses incompletos	0
De 00 a 06 anos incompletos	1
De 06 anos completos a 16 anos incompletos	20 28
De 07 anos completos a 16 anos incompletos	20 22
De 16 anos completos a 19 anos incompletos	14 47
De 19 anos completos a 67 anos incompletos	11 39
A partir de 67 anos completos	16

Nível de desenvolvimento das famílias atendidas por programas sociais-IDF

Indicador sintético	0,54
Vulnerabilidade infantil	0,61
Acesso ao conhecimento	0,43
Acesso ao trabalho	0,22
Disponibilidade de recursos	0,38
Desenvolvimento infantil	0,93
Condição habitacional	0,70



“... a violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada a condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, esses atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros desse grupo e distanciá-los do "curso central" do sistema social”.

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

A secretaria de Ação Social oferece atendimento funerário às pessoas com renda igual ou inferior a um salário mínimo.

Dos 289 sepultamentos assistidos pela Ação Social em 2009, por força da Lei Municipal nº 615/2007. Foram 42 destinados a vítimas de violência com arma de fogo. Sendo que 26,19% desse montante, localizados no bairro **Jardim da Barragem**; 11,90% localizados no bairro **Coimbra**; 7,14% localizados no bairro **Santa Lúcia**; 9,52% localizados no bairro **Pérola I e II**. E os demais 45,25% distribuído por 14 bairros.

Do mesmo percentual de sepultamentos assistidos, 15 foram de Natimortos e 08 de crianças abaixo de 1 (um) ano de idade. Com taxa de mortalidade infantil de 2,3% no ano de 2009.

O CRAS com duas unidades de atendimento ofereceu ao longo do ano de 2009, cursos de manicure, cabeleireiro, artesanato e costura, com acompanhamento sócio-

familiar, serviço de acolhimento e acompanhamento, inserção em serviços sócio-educativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, encaminhamentos das famílias para empregos e serviços. Totalizando 3.978 atendimentos.

O CREAS ofereceu ao longo do ano de 2009, atenção a criança/adolescente e família vítimas de violência 488 atendimentos. O PETI conta hoje com 551 crianças inscritas e assistidas pelo Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família atende 9.767 famílias no município.

O CCI (Centro de convivência do idoso) com uma unidade de atendimento, atendimento ofereceu ao longo do ano de 2009, com acompanhamento sócio-familiar, serviço de acolhimento e acompanhamento, inserção em serviços sócio-educativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, alfabetização, cultivo de horta e inserção à sociedade em integração à família. São 317 idosos atendidos.

Educação/emprego/renda/violência

Partindo do princípio de que o Município tem as suas especificidades no tocante ao grau de escolaridade e a capacidade profissional, um dos eixos temáticos a serem elencados neste diagnóstico social, dada a baixa qualificação profissional é a escolaridade.

Outro eixo pesquisado foi o de acesso a saúde, devido ao desconhecimento das normas básicas de prevenção a doenças, assim como a falta de saneamento básico na maioria dos bairros. E por último a segurança pública sob a ótica dos índices de violência.

Segundo o Censo de 2000, Águas Lindas de Goiás apresentava uma alta taxa de desemprego igual aos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho e Corumbá do Goiás. Comparativamente com a Sub-região Centro-Oeste esta é mais elevada, embora em seja pouco significativa. O Município não dispõe de um setor industrializado. As indústrias existentes são na sua maioria “fundo de quintal” ou artesanais. Geralmente sem registro comercial, onde emprega informalmente e/ou parentes.

A formação profissional de conhecimento são os de nível técnico, onde se encontram alocados na área comercial. Nas empresas e comércios prestadores de serviços, comércios, clínicas e serviços públicos (prefeitura).

Não havendo uma escola específica de cursos profissionalizantes custeada pelo poder público. E apenas uma escola que oferece os cursos na área de saúde, com o valor mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e o máximo de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), considerado valores alto para o padrão da população municipal.

A Educação no Município é mantida pelo poder público municipal na alçada da educação do ensino fundamental e estadual no ensino médio.

Estabelecimentos de Ensino	Docentes	Matriculados
17 escolas estaduais	476	8.376
36 escolas municipais	1500	28.537

Sendo que ONGs oferecem cursos de artesanatos, computação e outros, num percentual mínimo e de público selecionado, como jovens e não mulheres que são chefes de família. A renda per capita por família em Águas Lindas é de R\$ 150,35. Com índice de intensidade de pobreza de 43,98.

Analisando, Águas Lindas saiu de uma população inicial de 105.746 habitantes para 143.179 habitantes. Se ela acompanha as demais cidades médias brasileiras no aumento da população, *o mesmo não ocorre em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)*, que também foi acompanhado pelo IPEA na pesquisa cujos dados preliminares foram divulgados.

Águas Lindas, também é uma das mais violentas do Entorno do Distrito Federal, sendo a 300ª no ranking do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008. Segundo os dados do IPEA, o município registrou uma taxa de crescimento demográfico de 6,2% ao ano entre 2000 e 2007.

(A alta taxa de desemprego é um dos fatores que elevam os índices de violência em cidades como Águas Lindas de Goiás).

Élia Batista de Oliveira

GEOGRAFA

Professora da Secretaria Estadual de Educação

Águas Lindas de Goiás-GO